TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 14ª (DÉCIMA QUARTA) SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 12 DE MARÇO DE 2013.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Cláudio Abrantes a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 12ª Sessão Ordinária;

- Ata da 13ª Sessão Ordinária.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Como Líder do Governo. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero me referir aqui hoje a uma informação que está presente nas redes sociais que todos nós acionamos e que julgo da maior importância. Diz respeito a uma nota pública do grande arquiteto Carlos Magalhães, uma carta que foi publicada em que ele acusa o governo petista de ser contra a preservação de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Eu tive a oportunidade de me manifestar nas redes justamente contestando isso. E os dados são fartos; nós, durante anos, tivemos um absoluto descaso nessa cidade com o patrimônio cultural. E no ano passado o Governador assinou um decreto considerando 2012 o ano de valorização de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Nós concluímos a reforma da Catedral e a reforma do Panteão, e nós iniciamos, está em pleno curso e próximo da conclusão, a reforma do Cine Brasília. Há neste ano todo um programa de obras para a recuperação dos monumentos de nossa cidade justamente para valorizar Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Então, primeiro, não pode haver dúvidas da nossa condição de militantes do Partido dos Trabalhadores para dizer com segurança que todos nós defendemos essa condição de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade e, segundo, o Governador assinou um decreto no ano passado com esse objetivo. Portanto, não existe uma demonstração mais clara de que, para nós, Brasília ser o único bem construído no século XX considerado Patrimônio Cultural da Humanidade é da mais relevante importância, quer seja para o desenvolvimento econômico, quer seja para o desenvolvimento humano da nossa Capital.

Então, eu quero aqui publicamente contestar essa informação. Eu, pessoalmente, vou procurar o arquiteto para falar, porque não é admissível que uma informação como essa seja atribuída a um partido e muito menos a um governo que demonstra o contrário do ponto de vista da preservação de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputada Arlete Sampaio, eu também tive conhecimento do referido texto produzido pelo arquiteto Carlos Magalhães, um arquiteto respeitado. E o que me admira é que o Sr. Carlos inclusive

estava aqui em Brasília quando à época o Governador Roriz encaminhou para esta Casa um projeto de alienação de várias áreas no Plano Piloto, e nós não conhecemos, da parte dele, nenhuma manifestação contra. Nenhuma manifestação contra. Ocasião pela qual nós procuramos o Sr. Oscar Niemeyer, notoriamente conhecido, e foi por meio de uma interferência dele junto ao Governado Roriz que S.Exa. recuou. Eu, inclusive, naquela ocasião, estive no Rio de Janeiro.

Portanto, acho muito tempestivo – ele pode ter divergências políticas com o Governador – da parte dele dizer isso. Principalmente porque já tivemos em Brasília o governo do Professor Cristovam, à época com uma forte presença do Partido dos Trabalhadores na composição do governo e, pelo contrário, sempre nos alinhamos nesse debate àqueles que defendem a preservação de Brasília.

Por isso eu me senti agredido com aquelas colocações. Creio que foram extremamente inoportunas. Pode ser que por meio de um diálogo pontual com esse ou aquele integrante do governo não tenham sido satisfeitos os conceitos preservacionistas que ele tem da Capital. Mas não generalizar. Creio que isso pega muito mal para um homem da envergadura dele, um profissional conceituado e que aqui em Brasília foi porta-voz durante muitos anos do próprio Oscar Niemeyer.

Muito obrigado.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Agradeço o aparte do Deputado Wasny de Roure.

Acho exatamente isso. Nós temos certeza de que a nota escrita e assinada pelo arquiteto não reflete a realidade. E é extremamente injusta com todos nós que durante anos fizemos a defesa explícita da preservação de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Sem revisão do orador.) – Deputada Arlete Sampaio, eu gostaria de apartear V.Exa. nesta tarde para dar o meu testemunho de quem conduziu o processo do PPCUB durante o tempo em que ele esteve nesta Casa.

Eu li no *blog* a carta do arquiteto Carlos, e o que eu posso dizer é que todas as vezes em que – eu estou falando isto como testemunha de quem trabalhou com vários membros do Partido dos Trabalhadores durante a condução da minha presidência na Comissão de Assuntos Fundiários – havia quaisquer espaços para ameaças ao tombamento de Brasília, diversos foram os Parlamentares do Partido dos Trabalhadores que se manifestaram pelo cuidado, pelo adiamento, como V.Exa. fez, mesmo na condição de Líder, para que esse projeto atendesse aos anseios da sociedade e, principalmente, ao tombamento de Brasília.

Também não vi, em nenhum momento, alguma coisa que indicasse que o Governador Agnelo quisesse ferir ou deixar de lado a lei do tombamento, pelo contrário.

A Deputada Arlete Sampaio citou aqui as várias reformas que foram feitas de patrimônios aqui do Distrito Federal pela Secretaria de Cultura. E eu também participei no início do ano passado, junto ao Governador, do lançamento do ano da preservação e de diversas ações de preservação do patrimônio de Brasília.

Então, eu creio que é muito inoportuno se falar dessa maneira genérica, inclusive, e colocando como se fosse uma máxima de um partido, ou de um governo, seja ele qual for. Porque as ações, volto a dizer, que vi e que constatei na presidência da CAF, quando estive lá, foi justamente no sentido contrário. No sentido de que cada vez se preservasse mais, se tivesse esse cuidado com o patrimônio que é Brasília, pela sua modernidade, porque é uma coisa *sui generis*, como V.Exa. colocou. Os outros patrimônios culturais da humanidade geralmente o são pela sua antiguidade, pelo seu valor histórico, mas Brasília é pela sua modernidade. E isso eu observei.

Por isso quero me ombrear com V.Exa. no sentido de fazer a defesa, porque a postura dos membros do Partido dos Trabalhadores e do Governo sempre foi pela preservação de Brasília.

Muito obrigado.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Agradeço o aparte do Deputado Cláudio Abrantes.

Eu acho que, com todo respeito ao nobre arquiteto que herda, digamos assim, o escritório do Oscar Niemeyer em Brasília, acho que ele está fazendo um julgamento equivocado. Eu diria até maldoso, e que não está justamente à altura do papel que ele desempenhou nesta cidade, durante tanto tempo, de uma espécie de porta-voz do grande Oscar Niemeyer.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputada Arlete Sampaio, V.Exa. faz um pronunciamento muito oportuno. Estava me recordando aqui do momento em que conseguimos recursos para a recuperação da Catedral de Brasília, que estava caindo aos pedaços. Eu, como Deputado do Partido dos Trabalhadores, estive com Dom José Freire Falcão e com o então Ministro da Casa Civil, do Partido dos Trabalhadores, José Dirceu. E foi via José Dirceu e Gilberto Carvalho que conseguimos que a Petrobras liberasse o recurso para a revitalização da Catedral de Brasília, além das emendas parlamentares que foram desbloqueadas para a construção da Mitra ali ao lado da Catedral.

Não vi, em nenhum momento, esse Sr. Carlos Magalhães conosco, buscando a preservação de um bem de Brasília. Será que ele está dizendo que não há preocupação com o patrimônio, não há preocupação com a conservação de Brasília, por causa dessas tesourinhas que foram feitas agora, para dar agilidade ao trânsito do Distrito Federal? Pode ser um pouco de mágoa por não ter sido ele quem as desenhou. Por sinal, saíram muito funcionais e muito boas as tesourinhas que estão ali.

Se há um partido que se preocupa com o patrimônio público no Brasil, é exatamente o Partido dos Trabalhadores, e o Sr. Carlos Magalhães não tem autoridade nenhuma para criticar o PT. Para falar mal ou bem do PT, teria de se filiar, teria de passar pelo processo de filiação ao Partido dos Trabalhadores. Não reconheço nenhuma autoridade nesse senhor para querer dar uma lição de preservação ao Partido dos Trabalhadores.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Deputado Chico Vigilante, primeiro, o que mais questiono na nota é que ele não tem o direito de, ao inferir alguma questão relativa ao Governo, generalizá-la para o partido inteiro; segundo, é um equívoco o que ele fez, porque o decreto de valorização de Brasília como patrimônio cultural da humanidade, do ano passado, vai no sentido contrário de sua afirmação.

Portanto, fica aqui a minha intervenção. Acho um tema extremamente importante e caro para todos nós, por isso o nosso descontentamento com essa atitude que foi anunciada nas redes sociais. Certamente haverá pessoas que irão reverberar essa nota do arquiteto. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Deputada Arlete Sampaio. Convido para fazer uso da palavra o Líder Joe Valle, pelo Bloco Social Ecológico. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes, pelo Bloco Social Ecológico.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Bloco Social Ecológico. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente, nobres pares, galeria, imprensa. Presidente, venho hoje à tribuna para falar, naturalmente, do meu tema predileto: a cultura, e também em defesa do que imagino que seja interessante para a Copa do Mundo.

Hoje, na Secretaria de Cultura, foi assinado um convênio com o Movimento Brasília Capital do Rock e também com a Central Única das Favelas – CUFA. Esse projeto vai permitir a qualificação de jovens no segmento do rock, ativando a cadeia criativa e a cadeia da economia criativa no âmbito do Distrito Federal. Por que trago esse convênio, que deve ser como muitos assinados pelo Brasil afora? Primeiro porque ele vai reacender este ponto, que é extremamente importante para o Distrito Federal e para Brasília, que é a previsão, uma vez por mês, de *shows* em um palco histórico do Distrito Federal, infelizmente desativado ao longo dos anos, que é o

Teatro Sesc Garagem, local dos primeiros espetáculos de bandas como Plebe Rude, Legião Urbana e tantas outras. É um espaço público cultural que foi fechado ao longo de décadas, mas que será aberto agora, em função do convênio que será assinado pela Secretaria de Cultura e pela Central Única das Favelas. Isso traz para nós o alento de que os espaços públicos voltarão a ser utilizados pela comunidade.

O Sesc Garagem receberá shows de bandas. Haverá, ainda, ônibus que sairão de quatro cidades do Distrito Federal, uma vez por mês, para levar jovens até lá. Isso gerará aquele espírito que conhecemos na década de 80, de termos Brasília como capital do Rock.

Além disso, Sr. Presidente, o mês de maio será extremamente interessante para Brasília, no âmbito nacional. Por que, Deputado Olair Francisco? Porque a banda Plebe Rude, pela primeira vez, em sua história, fará um show em Manaus, no Estado do Amazonas.

No dia 2 de março, será lançado o filme Nunca Fomos tão Jovens, baseado na letra da música da nossa banda Plebe Rude, e, no final do mês de maio, Sr. Presidente, será lançado outro filme, chamado Faroeste Caboclo. Portanto, todos devem conhecer a música de Renato Russo.

Esses dois filmes serão lançados no âmbito nacional. Inclusive, já há contato com TVs de grande porte, que estarão olhando para Brasília.

Qual é nosso foco, ao falarmos sobre esses filmes, sobre a questão cultural, sobre o Rock? Falo sobre isso porque estamos às vésperas da Copa do Mundo. Estamos próximos de receber olhares do planeta inteiro, estamos fazendo as obras que nos cabem, estamos terminando de construir o Estádio Nacional Mané Garrincha, estamos preparando a parte de mobilidade, estamos preparando o País para receber turistas. Mas o que esses turistas levarão do Brasil? O que milhares de estrangeiros que participarão das atividades da Copa das Confederações, no próximo mês de junho, da Copa do Mundo e – por que não dizer? – das Olimpíadas, no Rio de Janeiro, em 2016, irão levar? O que levarão, meu nobre amigo e Deputado Prof. Israel Batista, senão os elementos da nossa cultura, senão aquilo que faz diferença? Porque estádio bonito há em toda parte do Mundo. Obras de mobilidade são necessárias em todas as partes do Mundo, mas, se não levarmos nossa cultura, se não mostrarmos o que o povo brasileiro é, em minha opinião, a Copa do Mundo será em vão.

Trabalharmos a Copa do Mundo pensando somente nos dólares que irão entrar no País, sem pensarmos no que será levado para fora dele, é um engano muito grande.

Por isso, iniciativa como essas, simples, que restituem ao Distrito Federal um espaço tão bom como o do Sesc Garagem; ações como essas, que trazem o olhar do Brasil para dois filmes que vão retratar Brasília, como o Nunca Fomos tão Jovens e Faroeste Caboclo, somente dignificam o nome de Brasília. Isso, sem se falar do

grande concerto que acontecerá em homenagem ao ícone da cultura de Brasília, Renato Russo, noticiado pela imprensa para o mês de junho, com a Orquestra Sinfônica de Brasília e com artistas de Brasília.

Todas essas ações só demonstram a necessidade de um plano, Deputado Olair Francisco, V.Exa. que foi coordenador da Comissão Temporária da Copa, para mostrar a cultura do nosso país a quem vier aqui, pois será isso que irão levar e não um postal com a foto do Estádio Nacional Mané Garrincha ou de um ônibus VLP. Isso é importante, é verdade, mas o que fará a diferença é o que vamos fazer. Não há uma pessoa no Brasil, Deputado Chico Vigilante, que não saiba o que é uma vuvuzela, porque os africanos se preocuparam em mostrar sua cultura. Hoje o Brasil e o mundo sabem o que é uma vuvuzela, para dizer uma coisa bem pequena e bem simples do que foi feito na Copa da África do Sul. E a gente, com tanta riqueza, com tanta diversidade cultural, não pode ficar para trás.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Cláudio Abrantes.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (Bloco Parlamentar PT/PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu falo desta tribuna na tarde de hoje, Deputada Arlete Sampaio, com uma profunda preocupação com relação à violência que tem se abatido sobre o Brasil, mais especialmente sobre o Distrito Federal.

Precisamos todos nós, governo e sociedade, pensar, verificar as causas, a origem da violência existente hoje. Não é pouca coisa, e isto precisa chamar a atenção de todos nós: o assassinato nas últimas 24 horas de oito pessoas no Distrito Federal. Alguém há de dizer que eram todos envolvidos com drogas. Ok, envolvidos com drogas, mas eram seres humanos que perderam a vida, que foram assassinados de maneira brutal.

E aí entram alguns processos, Deputado Olair Francisco. Primeiro, o brutal inchaço que se abateu sobre a nossa cidade. Quebraram completamente o planejamento desta unidade da Federação, incharam o Distrito Federal, e a gente está vendo o resultado agora.

Eu estava hoje pela manhã no Sol Nascente conversando com a Dona Marieta, que tem um projeto social lá, e ela me dava conta, Deputada Arlete Sampaio, de um quadro estarrecedor que aconteceu com ela no sábado à tarde. Ela tem um grupo de crianças e os meninos estavam lá para praticar percussão e, ao final, tomar um refrigerante e assistir a um filme, quando duas gangues, enfrentando-se na frente da casa dela, partiram para o confronto direto. E um negócio bárbaro, porque um atropelou o outro com o carro, na frente das crianças, e

depois ficaram se agredindo na base da pedrada. E ela falando o quanto foi difícil fazer todo tipo de manobra para se livrar das pedras, porque não eram pedrinhas, eram verdadeiros seixos de pedras com que uns agrediam os outros.

Nessas últimas 24 horas, a gente tem notícia, através dos jornais de televisão e do rádio, de oito pessoas assassinadas. É preciso verificar, efetivamente, o que está acontecendo com o Distrito Federal, o que está acontecendo com a sociedade, esse processo de destruição que acontece no Distrito Federal hoje e que já vem de muito tempo. A origem está exatamente na quebra do planejamento do Distrito Federal ao amontoar as pessoas, Deputada Luzia de Paula, sem lhes dar as mínimas condições de vida, o que elevou o índice da violência da maneira que está hoje.

Sabemos do trabalho que é desenvolvido pelas forças de segurança – o Coronel Suamir Santana, Comandante da Polícia Militar; o Diretor-Geral da Polícia Civil, que faz um trabalho efetivo de polícia nesta cidade –, mas sabemos o quanto é difícil combater a violência da maneira que está estabelecida no Distrito Federal e no Brasil. Sem contar, também, com o índice de violência que é praticado contra as mulheres.

Eu e V.Exa., Deputada Luzia de Paula, estávamos na Estrutural sexta-feira com o Governador Agnelo, quando vimos as pessoas contando o quadro terrível daquele menino de 15 anos. Outros botaram fogo nele por causa de uma namorada. Isso é a banalização completa, é dizer que a vida não vale nada.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Sem revisão da oradora.) – Deputado Chico Vigilante, é com muita dor neste momento que digo que, há poucas horas, lá na QNP 13, no conjunto H, bem próximo de onde eu morei por muitos anos, acabou de ser assassinado um jovem.

E temos visto isso dia a dia, o que nos entristece muito. V.Exa. abordou com muita propriedade as causas e infelizmente é necessário que se faça algo para que o ser humano comece a se perceber.

Sabemos que o Governo do Distrito Federal está tomando atitudes que a médio prazo vão dar resultado, mas é necessário que a curto prazo a sociedade perceba os seus valores e que cada um comece a fazer a sua parte, comece a se amar, porque do contrário viveremos essa angústia que V.Exa. está relatando.

V.Exa. citava fatos desse final de semana e durante a semana e há duas horas mais um foi assassinado na nossa cidade e justamente por essa situação da falta de valores, da falta de condição do ser humano de se perceber.

Então, quero aqui parabenizar V.Exa. quando traz essa reflexão, quando mostra as causas. E também parabenizar mais uma vez, porque no governo do seu partido, do Partido dos Trabalhadores, o nosso Governador Agnelo está trabalhando para que se amenize o mais rápido possível essa situação. Temos visto os vários projetos que S.Exa. tem lançado no Distrito Federal que, com certeza, vão nos ajudar nas causas da violência. Infelizmente, neste momento estamos usando remédios e antibióticos que muitas vezes não gostaríamos que fossem usados, mas que têm que ser usados para que possamos a curto prazo ver resolvidos esses problemas.

Obrigada, Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Agradeço o aparte de V.Exa., incorporando-o ao meu pronunciamento.

E para concluir, chamo a uma reflexão profunda toda a sociedade brasiliense: precisamos contar com todos, sabemos dos esforços que estão sendo feitos pelo governo, precisamos de mais apoio por parte do Governo Federal, que não tem negado apoio, mas precisamos de mais, afinal de contas estamos na Capital da República. Sabemos que, na medida em que é divulgado lá fora o índice de violência de um país, isso afasta até mesmo os investimentos, por isso é fundamental que tenhamos uma sociedade segura, uma sociedade harmônica, uma sociedade que viva para a vida, que valorize, que dê valor à vida, e não a sociedade da morte, essa nós não queremos.

Se são usuários, têm que ser tratados; se são traficantes, têm que ser presos. Agora, não é com o extermínio que vai se resolver o problema da violência no Distrito Federal, no Brasil e em nenhum lugar do mundo.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Convido o Deputado Olair Francisco para fazer uso da palavra pela Liderança do Bloco Parlamentar PMDB/PPL/PTC/PTdoB.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (Bloco Parlamentar PMDB/PPL/PTC/PTdoB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a minha passada por esta tribuna é rápida. Primeiramente, eu gostaria de dizer que o nosso Deputado Rôney Nemer estreou na Presidência da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, começando com a aprovação de vários projetos de benefícios para o Governo do Distrito Federal.

Sr. Presidente, venho aqui por três motivos de suma importância. Primeiro, pelas atitudes do Governo do Distrito Federal em fazer políticas públicas que vêm trazendo e fazendo a diferença no Distrito Federal. E há vários exemplos: são escrituras de casa, são muitos fatos de relevada importância, mas eu quero aqui hoje

dizer que além de o Governo do Distrito Federal dar um pontapé importante ele está também ajudando a Câmara e fazendo coisas fundamentais, definitivas. O Governador sancionou agora duas leis de nossa autoria de suma importância. Uma, a Lei da Feira. O que é a Lei da Feira? Todas as feiras livres do Distrito Federal agora vão ter que possuir banheiro. Nós que andamos no dia a dia nessas feiras sabemos da dificuldade dos feirantes e sabemos das dificuldades também daquele cidadão que vai a uma feira livre e que não tem à disposição um banheiro. Foi fundamental. E a outra, Deputada Arlete Sampaio, é a Lei de Prevenção da DST e da AIDS. Todos os restaurantes, todos os bens públicos terão que ter a placa no seu banheiro para prevenir. É a doença da prevenção. Uma plaquinha pequena dessa pode ser fundamental para um cidadão não pegar infecção. Isso é fundamental. Então, essa lei também foi sancionada pelo Governador. São duas leis de nossa autoria.

Outra coisa importante que o governo fez e está fazendo, promovendo uma reviravolta no Distrito Federal, é o Ticket Escola. Essa iniciativa está ajudando o cidadão, a mãe a dar os objetos escolares para quem quer estudar e não tem aqueles requisitos. São medidas públicas fundamentais.

Então, eu gostaria aqui, nesta tarde, de agradecer, na pessoa da nossa Líder de Governo, ao Governador por ter sancionado essas duas leis que vão fazer diferença para o povo do Distrito Federal, assim como a Lei da Ficha Limpa, que é de nossa autoria, e que também faz uma diferença grande. A Lei da Ficha Limpa saiu daqui e diz que quem não for uma pessoa ilibada não pode participar da vida pública, não pode participar de um cargo público no GDF. Como nós também, se não formos pessoas ilibadas, não poderemos ser candidatos. A mesma coisa para quem exerce cargo de confiança. É a nossa lei.

Nós conhecemos de fato os problemas dos cidadãos comuns, por isso sabemos que essas duas leis e várias outras que nós temos vão fazer uma diferença muito grande para eles. Isso é fundamental. A gente ficou feliz nesse fim de mês quando o Governador sancionou essa lei. A gente que trabalha aqui no dia a dia, que representa a comunidade, sabe da diferença que vai fazer.

Então, eu gostaria que a senhora levasse ao Governador que nós sabemos das medidas que eles têm tomado, sabemos de suas ações e quando ele sanciona duas leis como essas, vai ao encontro de suas atitudes. Essa lei é fato importante que vai fazer diferença.

Sr. Presidente, esse é o motivo de estarmos usando aqui hoje este espaço.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Deputado Olair Francisco.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já que não fiz o uso do meu tempo de líder, vou usar a palavra agora.

Ontem, eu e o Deputado Prof. Israel Batista, estivemos num evento na Escola Classe n°1, onde funciona a Regional de Ensino da Vila Planalto. Aquela foi a primeira escola a ser construída. Depois ela foi feita com material de ferro e aquilo virou uma estufa. Ontem, o Secretário de Educação, junto com o Governador, anunciou a reconstrução da escola. Então, juntamente com a Associação dos moradores daquela localidade e com o pessoal daquela regional, nós estamos arrumando outro local para levar os alunos enquanto a escola é reconstruída.

Essa foi a primeira notícia boa que o Governador Agnelo nos deu no dia de ontem: que vai reconstruir a escola da Vila Planalto. Nesse evento também foi lançado o programa Saúde na Escola. O Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, esteve presente ali e percebemos a preocupação do Governo Federal, da Presidente Dilma, com a prevenção de doenças dos alunos dessas escolas. Que tipo de prevenção? Prevenção contra doenças de ordem nutricional. O objetivo é ensinar os alunos a comerem bem e a se prevenir contra doenças bucais, oftalmológicas e também incentivá-los à educação física. O lançamento do Governo foi no sentido de lançar a Semana da Saúde nas escolas.

Porém, Sr. Presidente, venho hoje fazer uma indagação ao Plenário e à Líder do Governo. Eu fui questionado por jornalistas sobre o fechamento da pista de atletismo da Escola Elefante Branco. Essa atitude da Secretaria de Educação vai contra o que o Governo Federal e o Governador vêm nos orientando. Então, eu não entendi o porquê do fechamento da pista de atletismo do Elefante Branco. Eu fui questionado pelos jornalistas e disse que não sabia o que responder, ainda mais depois de ter participado ontem desse evento, que mostra totalmente o contrário: o Ministro e o Governador querem incentivar as crianças a fazerem esporte, a praticarem atividades físicas e a comerem bem.

Então, esse é o questionamento que eu deixo aqui para a Líder de Governo, assim como para a Assessoria Legislativa, a fim de entendermos o motivo do fechamento da pista de atletismo do Colégio Elefante Branco.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Cristiano Araújo.

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, na verdade, eu vou falar exclusivamente porque ainda não havia *quorum*. Vou ser breve, porque agora já começa a haver *quorum* para votarmos e solicitarei a V.Exa. vários itens extrapauta.

Apenas quero corroborar com o que disse o Deputado Cristiano Araújo. Ontem, o Ministro Padilha e o Governador Agnelo lançaram o programa Saúde na Escola, cujo objetivo é justamente incentivar práticas que visam à promoção da saúde e a prevenção de doenças nas escolas do Distrito Federal e, evidentemente, a prática desportiva é um elemento central dessa promoção da saúde dos estudantes, assim como os cuidados nutricionais.

Creio que essa é uma iniciativa importante. Eu não saberia responder ao Deputado Cristiano Araújo as razões que levaram o Secretário a tomar essa decisão em relação ao Elefante Branco, mas vou procurar me informar, inclusive para alertá-lo da incoerência com relação à iniciativa que o Governo Federal, junto com o GDF, tomou aqui no dia de ontem.

Também quero referir-me ao lançamento que ontem tivemos da Lei de Incentivo ao Esporte. O Deputado Evandro Garla representou-nos muito bem naquela solenidade, que contou com a presença de grandes atletas do Distrito Federal.

Mais uma vez, o Governador Agnelo lança uma lei que tem uma importância vital para que, de fato, Brasília venha a se constituir como um celeiro de atletas para o País, como já tem sido o celeiro de grandes artistas para o nosso país.

Cumprimento o Deputado Evandro Garla e, sobretudo, a Secretaria de Esportes pela brilhante solenidade que tivemos ontem com a presença de atletas da importância das nossas jogadoras de voleibol – a Leila e a Ricarda –, da importância do Pipoca, como grande atleta do basquete e de Brasília, e tantos outros, que só vieram engrandecer a nossa cidade e demonstrar essa preocupação que o nosso Governo tem com o desenvolvimento humano, que é mais importante do que qualquer outra coisa para esse governo.

Era só isso, Sr. Presidente. Já temos *quorum*.

Vou fazer uma questão de ordem como Líder de Governo já, já.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Arlete Sampaio.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (PEN. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde a todos e a todas.

Qual é a contrapartida do Estado em relação a essa nova Lei Seca? O endurecimento da Lei Seca resultou em menos acidente de trânsito. Isso foi muito

bom para o País, pois muitos motoristas alcoolizados foram presos. A tolerância zero para os testes de bafômetro e a aceitação de outras evidências para confirmar o estado de embriaguês dos condutores e o aumento na multa aplicada são grandes avanços, mas a questão é que falamos de uma legislação de Primeiro Mundo, muito semelhante à de Tóquio, no Japão, mas aplicada a uma realidade de infraestrutura que está muito longe da dos países desenvolvidos. A Lei Seca é louvável, é elogiável, mas nós temos de começar a discutir agora qual a contrapartida do Poder Público para a população que está se reeducando para atender as regras da Lei Seca.

No Brasil, as redes sociais estão mostrando, estão trazendo a corrente que pede transporte 24 horas. Essa campanha, é claro, chegou aqui em Brasília, onde debatemos o transporte com muita insatisfação. No *Facebook,* muitas pessoas compartilharam fotos e conteúdos sobre o tema, e eu recebi muitas mensagens. Há muita gente emudecida sobre esse assunto, muita gente que concorda com a Lei Seca, mas que está esperando uma resposta do Estado, porque ao cidadão nós aplicamos leis draconianas, leis severas, leis duras. Mas e a contrapartida do Estado? É muito fácil curtir a noite em outros países quando você sabe que vai chegar em casa em segurança. É preciso aproveitar essa reforma profunda que o governo está fazendo no transporte em Brasília para inserir esse tema, porque há pessoas que não estão tendo sua voz representada no Poder Legislativo. Nós estamos em um debate importantíssimo. O nosso transporte público é inexistente no período noturno. O cidadão ficou refém da Lei Seca.

Diante dessas novas regras, cumpre ao Estado oferecer alternativas para que os brasilienses possam exercer o seu sagrado direito constitucional ao lazer, às atividades sociais sem infringir a lei. É fundamental – e a população cobra há muito tempo – que discutamos nessa reforma do transporte público o transporte 24 horas. Difícil de conceber a Capital do País desprovida de transporte no período noturno, não apenas para os que consomem bebidas alcoólicas, mas para os que estudam, trabalham e buscam lazer durante a noite. Precisamos de metrô e ônibus circulando dia e noite. Nem todo mundo pode pagar pelo serviço de táxi. Eu peguei, Deputado Cristiano Araújo, um táxi durante o carnaval, dividi com três amigos, e a conta geral de ida e volta deu 180 reais. É muito difícil. Nós estamos tratando das relações sociais no nosso país. É preciso que o Estado corresponda ao rigor que ele impõe ao cidadão sendo rigoroso com as suas atitudes também.

Eu proponho também a criação da rota interbares. Nós precisamos ter ônibus circulando pelas entrequadras do Plano Piloto e outras áreas que abriguem bares, restaurantes e boates, que levem os passageiros até o metrô e a rodoviária. É uma oportunidade para impulsionar o turismo. Vamos criar um circuito gastronômico e noturno na cidade. Vamos atender bem durante o período dos eventos esportivos em Brasília. A sociedade é que pede. É o bom senso que aponta. Nada mais justo para a democracia que o debate.

Por isso, quero convidar os colegas para a audiência pública que nós vamos realizar aqui, no dia 29 de abril, para reunir as autoridades responsáveis, os donos de bares e restaurantes, os cidadãos comuns, para desenvolvermos um plano para atender a sociedade na questão do transporte noturno. A cooperação entre o setor público e o setor privado é uma saída viável, isso já ocorre em Curitiba. Em janeiro deste ano, os ônibus começaram a circular em caráter experimental no período noturno na cidade. A iniciativa surgiu, beneficiou um monte de clientes, muitos estabelecimentos e foi excelente. Em Brasília, alguns bares e até festas já estão oferecendo serviço semelhante aos clientes, mas não é suficiente. Chegou a hora da contrapartida do Poder Público.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Permite-me V.Exa. um aparte?

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Não há aparte nos Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Obrigado, Sr. Presidente. É isso. Nós Precisamos debater esse tema e permitir que as pessoas exerçam esse direito do lazer, porque há menino que junta dinheiro o mês inteiro para levar a namorada a um bom restaurante aqui, no Plano Piloto, ele quer fazer essa experiência em outro local da cidade, tem direito a fazer isso, e o Estado, sendo draconiano com o cidadão, tem que responder, sendo perfeito, na prestação dos serviços à sociedade.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Prof. Israel Batista.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero falar sobre o tema que o Deputado Prof. Israel Batista abordou aqui. Quanto à questão da Lei Seca, é fato que ela tem ajudado a preservar vidas, e nós estamos de acordo com o fato de o Estado impor essa educação aos motoristas, aos jovens, principalmente, mas eu, assim como ele, também tenho vários amigos jovens e várias correntes jovens que nos cobram a parte do Estado também, o transporte do Estado.

Quando mais novo, eu morei em Barcelona, e lá as leis são bem severas com relação a dirigir alcoolizado, mas não havia uma festa, uma saída de festa, uma saída de boate que não estivesse cheia de táxis. Havia vários táxis no período noturno, inclusive, em algumas cidades, o funcionamento do metrô prolongado.

Eu acho que ele traz em boa hora esse debate aqui para Brasília, para que nós possamos ver essa questão do transporte, porque os táxis aqui têm um preço elevado, muitos jovens não têm condição de pagar esses táxis, e em determinado

momento da noite, também não há mais nenhum tipo de transporte. Então, quero parabenizar o Deputado Prof. Israel Batista pela sensibilidade. Traduz o que a juventude está sentindo hoje, nas ruas, aqui, do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Cristiano Araújo.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, como nós já temos *quorum* em plenário, eu quero pedir a V.Exa. a inclusão na pauta dos itens seguintes: Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 37, de 2012, em segundo turno, pois votamos o primeiro turno no ano passado e, como há exigência de interstício, precisamos votar o segundo turno este ano; Projeto de Lei nº 1.244, de 2012; Projeto de Lei nº 1.350, de 2013; Projeto de Lei nº 1.366, de 2013, e o Projeto de Lei nº 1.380, de 2013. Esses foram os itens acordados no colégio de Líderes, assim como o conjunto de vetos, dos quais o senhor já tem conhecimento e já estão acordados com seus respectivos autores.

Então, eu pediria, logo após a fala do Deputado Joe Valle, se não houver nenhum outro Parlamentar, sobretudo que eles possam abrir mão dessa fala para podermos votar as coisas importantes que estão na pauta hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Nos termos do acordo do colégio de Líderes, acolho a solicitação da Deputada Arlete Sampaio como itens extrapauta da sessão ordinária.

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (PSB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na realidade, eu ouvi aqui a fala do Líder, Deputado Cristiano Araújo, em que ele coloca justamente o lançamento da semana, o lançamento de uma grande campanha de saúde nas escolas pelo Governo Federal, rebatido, logicamente, aqui, no Distrito Federal, com a participação do governo.

Nós estamos com uma campanha enorme na questão da obesidade infantil, e eu queria falar um pouco rapidamente para os meus colegas sobre a situação em que se encontra a educação no campo, as escolas rurais. E começo colocando que as escolas rurais apresentam características físicas e dispõem de infraestrutura bastante distinta daquelas observadas na cidade, portanto, precisam de uma política completamente diferente. Em termos dos recursos disponíveis, a situação das escolas da área rural ainda é bastante precária. Serviços e insumos básicos presentes na maioria das escolas urbanas são escassos ou inexistentes nas escolas rurais. Por exemplo, enquanto 75,9% dos estabelecimentos urbanos estão equipados com microcomputadores, apenas 4,2% dos estabelecimentos rurais de ensino no Brasil

contam com esse recurso – logicamente o Distrito Federal acompanha esse processo. Equipamentos como biblioteca, laboratórios, quadras de esportes não fazem parte da realidade das escolas rurais. A impossibilidade de se ter acesso a uma biblioteca contribui de forma negativa para o aprendizado de cerca de 4,8 milhões de estudantes no Brasil e, no nosso caso, também tem um impacto extremamente negativo. As tecnologias educacionais não chegaram à expressiva maioria das escolas da área rural, privando os estudantes de oportunidades de aprendizagem mediante o uso de televisão, vídeo e internet.

Nessa ótica, a transformação da educação do campo requer mais do que um currículo escolar baseado na vida e valores de sua população, pois ela implica necessariamente a melhoria física das escolas e a qualificação dos professores, a fim de que o aprendizado também possa ser um instrumento para o desenvolvimento do meio rural. Os diagnósticos da educação do campo têm apontado como principais questões a serem enfrentadas pela Secretaria de Educação: a insuficiência e a precariedade das instalações físicas da maioria das escolas – estou falando de insuficiência e de precariedade de instalação; as dificuldades de acesso dos professores e estudantes às escolas em razão da falta de um sistema adequado de transporte escolar, que é horrível; a falta de professores efetivados, o que provoca constante rotatividade; currículos escolares que privilegiam a visão urbana de educação e de desenvolvimento; a ausência de Coordenação Regional de Ensino específica para escolas rurais, porque elas ficam sempre para o final da fila, porque são sempre as que têm menores recursos; o predomínio de classes multisseriadas com educação de baixa qualidade; a falta de atualização das propostas pedagógicas das escolas rurais; elevadas taxas de distorção idade/série/ano.

Mesmo diante dessa realidade, a nossa Secretaria de Educação do Distrito Federal não tem utilizado as emendas nela alocadas para a melhoria das condições das escolas rurais, cito: em 2011 coloquei mais de 1 milhão de reais em emendas parlamentares para reforma e ampliação de unidades de ensino da área rural do Distrito Federal. Nada foi executado. Em 2012 disponibilizei mais R$2.150.000,00 (dois milhões, cento e cinquenta mil reais) e nada foi executado novamente. Neste ano, continuo insistindo, destinei mais R$2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais) para as escolas rurais. E aí, Sr. Presidente, peço aos nobres colegas e amigos que me ajudem nesta cruzada, porque... O que está acontecendo? Será que isso é simples falta de gestão? Quanto à educação, no nosso caso, o tempo todo tem se falado que é uma grande prioridade. Eu acredito que a educação tem de ser prioridade em todos os governos. Então, mudar o panorama da educação no campo é um dos maiores desafios educacionais que temos pela frente. É imperativo que possamos fazer esse tipo de trabalho e que isso seja levado extremamente a sério.

Quando vemos a população rural nesse processo não é muito diferente. Porque é o jovem que estava no campo, com a autoestima baixa, que vem inchar as nossas cidades e impactam da mesma forma a educação. Esses jovens que vêm para

essas escolas, que não encontram equipamentos, que estão com a autoestima baixa, que não têm renda, causam a violência que temos hoje. Essa violência de que tanto se falou nesta Casa, nos discursos de hoje, e tanto tem se falado de Brasília como cidade violenta, de Brasília como cidade complexa, com toda a nossa realidade de metrópole. Então, queremos efetivamente uma visão adequada, correta e lógica de se tratar a educação – e aqui, agora, estou fazendo o recorte da educação rural com a importância que ela merece.

É inadmissível quando a população, mesmo dentro de um orçamento participativo, coloca como prioridade que tenhamos equipamentos escolares públicos bem construídos e há recurso à sua disposição, no cofre, dentro da instituição, e você não consegue executar por dois anos seguidos.

Eu vou me colocar aqui dizendo que é uma infelicidade para mim como representante dessas crianças e desses jovens... Quando chego a uma escola e vejo as nossas crianças obesas, vejo o problema sério da alimentação escolar. Mas não vejo o equipamento escolar de uma quadra esportiva nem coberta nem descoberta à disposição para que a gente possa tratar isso.

Então, Sr. Presidente, eu quero incorporar este meu texto ao pronunciamento e deixo aqui essa mensagem para que possamos refletir e discutir sobre o nosso Plano de Educação Rural, pedindo a V.Exa. que nos apoie na questão da criação da Diretoria Regional de Ensino Rural no Distrito Federal.

Muito obrigado.

(Segue documento a que se refere o Deputado.)

Gestão da Educação no DF

As escolas rurais apresentam características físicas e dispõem de infraestrutura bastante distinta daquelas observadas nas escolas urbanas.

Em termos dos recursos disponíveis, a situação das escolas da área rural ainda é bastante precária.

Serviços e insumos básicos presentes na maioria das escolas urbanas são escassos ou inexistentes nas escolas rurais.

Por exemplo, enquanto 75,9% dos estabelecimentos urbanos estão equipados com microcomputadores, apenas 4,2% dos estabelecimentos rurais de ensino no Brasil contam com este recurso.

Equipamentos como biblioteca, laboratórios e quadras de esporte não fazem parte da realidade das escolas rurais.

A impossibilidade de ter acesso a uma biblioteca contribui de forma negativa para o

aprendizado de cerca de 4,8 milhões de estudantes no Brasil.

As tecnologias educacionais não chegaram à expressiva maioria das escolas da área rural, privando os estudantes de oportunidades de aprendizagem mediante o uso de televisão, vídeo e Internet.

Nessa ótica, a transformação da educação do campo requer mais do que um currículo escolar baseado na vida e valores de sua população, ela implica, necessariamente na melhoria física das escolas e na qualificação dos professores, a fim de que o aprendizado também possa ser um instrumento para o desenvolvimento do meio rural.

Os diagnósticos da educação do campo têm apontado como principais questões a serem enfrentadas pela Secretaria de Educação:

 a insuficiência e a precariedade das instalações físicas da maioria das escolas;

 as dificuldades de acesso dos professores e estudantes às escolas, em razão da falta de um sistema adequado de transporte escolar;

 a falta de professores efetivados, o que provoca constante rotatividade;

 currículo escolar que privilegia uma visão urbana de educação e desenvolvimento;

 a ausência de coordenação regional de ensino específica para as escolas rurais;

 o predomínio de classes multisseriadas com educação de baixa qualidade;

 a falta de atualização das propostas pedagógicas das escolas rurais;

 elevadas taxas de distorção idade-série/ano;

Mesmo diante desta realidade, a Secretaria de Educação do DF não tem utilizado as emendas nela alocada para a melhoria das condições das escolas rurais.

Em 2011, coloquei R$ 1.150.000,00 (Um milhão e cento e cinquenta mil reais) em emendas parlamentares para reforma e

ampliação de unidades de ensino da área rural do DF, mas nada foi executado.

Em 2012, disponibilizei mais R$ 2.150.000,00 (Dois milhões e cento e cinquenta mil reais) e nada executado novamente.

E neste ano, continuo insistindo, destinei R$ 2.899.200,00 (Dois milhões e oitocentos e noventa e nove mil e duzentos reais).

O que está acontecendo? Simples, falta gestão!

Quando a Educação será prioridade?

Os dados e indicadores apresentados revelam um quadro já conhecido de debilidades e carências na infraestrutura escolar e nas condições de oferta educacional no campo. Todas as comparações colocam a população da área rural em franca desvantagem em relação à população da área urbana quanto ao acesso à educação e à qualidade do ensino.

Para que sejam alcançados padrões mínimos de qualidade, as escolas da área rural deverão receber atenção especial.

A construção de uma política educacional distrital que assegure a esses estudantes o direito a uma educação de qualidade e, ao mesmo tempo, respeite a diversidade cultural e reconheça a realidade diferenciada do campo, de forma a garantir o atendimento adequado das necessidades educativas das pessoas que ali vivem e trabalham, constitui-se um imperativo para o desenvolvimento sustentável, com inclusão e justiça social.

A valorização da educação deve constituir estratégia central para uma política efetiva de inclusão social, geração de emprego e renda e desenvolvimento sustentável do campo.

Mudar o panorama da educação no campo é um dos maiores desafios educacionais que temos pela frente.

Não podemos esperar mais para termos uma escola com estrutura física adequada, com profissionais qualificados, pois os nossos jovens não são o futuro do Brasil, eles são o presente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Joe Valle, parabéns pela iniciativa quanto à obesidade com relação à criança.

Indago aos Srs. Líderes se há acordo para que possamos entrar na pauta de votação. Deputada Celina Leão?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Não, Sr. Presidente. Eu gostaria de fazer uso da palavra, como Parlamentar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Nós estamos nos Comunicados de Parlamentares, Deputado, se V.Exa. estiver inscrito, a gente chama.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu estive presente na última assembleia da Polícia Militar do Distrito Federal e houve uma carta aberta que os policiais fizeram, a Associação dos Policiais Militares – ASPRA. Eu gostaria de ler a carta nesta tarde. Fiquei com a responsabilidade de ler e de fazer um apelo também aos Parlamentares, porque o que a gente vem recebendo, Sr. Presidente... Inclusive, agora, apelo ao Deputado Dr. Michel, que é o novo Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar... São relatos de perseguição aos militares que estão envolvidos, e sempre estiveram – nós sabemos que sempre vão existir os líderes que fazem mesmo uma movimentação, é natural –, que se dizem perseguidos.

Eu gostaria de ler a carta rapidamente:

"Carta aberta dos policiais e bombeiros militares do DF à população do Distrito Federal.

Nós, policiais e bombeiros militares do Distrito Federal, conscientes de nossa importância para a manutenção da paz social e para o combate de mais de 90% da criminalidade do Distrito Federal, unidade federativa que aporta todos os poderes constituídos da União e ainda a maioria das representações diplomáticas do mundo, com um efetivo que na sua quase totalidade possui nível superior completo, que arriscam suas vidas diuturnamente e, diante do descalabro que se transformaram os nossos vencimentos, decidimos, para o bom sustento e para a educação de nossos familiares, iniciar um movimento reivindicatório que perdura desde o início do ano passado, cujo objetivo foi e é buscar condições necessárias que nos levem a um patamar digno de nossas responsabilidades. E, para que toda a sociedade saiba o que realmente está acontecendo, tornamos público o seguinte: a Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002, que instituiu o Fundo Constitucional com o valor inicial de R$2.900.000.000,00 (dois bilhões e novecentos milhões de reais), foi reajustado em

mais de 60%, de 2008 até 2013, conforme os índices da receita líquida da União, chegando hoje a casa dos mais de R$10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais) e, no entanto, esses percentuais não foram repassados aos integrantes das categorias, no período, conforme determina a lei.

Enquanto a maioria das praças que arriscam suas vidas diuturnamente recebem cerca de 28% da remuneração de um coronel da PMDF/CBMDF, necessitando fazer serviço voluntário no seu horário de folga para acrescentar algo a mais em seu salário, outras categorias gozam de melhor prestígio para a melhoria de seus vencimentos.

Portanto, nosso compromisso com o cidadão brasiliense está acima de nossos anseios. No entanto também somos cidadãos e desfrutamos dos mesmos riscos e necessidades que a sociedade está sujeita no seu dia-a-dia, e por isso estamos exigindo nossos direitos.

Os índices de criminalidade estão em patamares assustadores, conforme a mídia tem divulgado, aumentando ainda mais os nossos riscos bem como o da população em geral, mas o governo insiste em não voltar seus olhos para a gravidade da situação.

Ao invés de chamar para si a responsabilidade, o Senhor Governador do Distrito Federal ignora as nossas reivindicações e tenta nos calar com opressões e arrochos no seio das casernas (quartéis). As treze promessas de campanha feitas às categorias em 2010, assinadas por ele e seu vice quando ainda candidatos, não passaram de sonhos que, ao que parece, não serão cumpridas. Para confirmar o exposto, foi publicada uma matéria no DFTV, 2ª edição, no dia 19 de março do corrente ano, totalmente fora do contexto que vivenciamos hoje, pois a maioria dos dados divulgados não correspondem com a verdade dos fatos. Os nossos salários já não são mais os melhores do País, e as condições de trabalho estão muito aquém do que retrataram na reportagem. Mas o custo de vida do Distrito Federal é sim um dos maiores do mundo, e a desmotivação que tomou conta das categorias de policiais e bombeiros militares passou a ser, também, um fator social.

Assim sendo, pedimos o apoio de toda a sociedade brasiliense a qual juramos proteger com nossa própria vida – e muitos já a deram, que compreendam a nossa luta, pois hoje um soldado da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar deveria receber um salário digno e justo, deveria ser ao menos 50% da remuneração de um coronel da PMDF/CBMDF, pois não recebem gratificações a mais para desempenharem seu ofício. Essa valorização resultaria em um melhor serviço prestado a toda a comunidade do Distrito Federal, pois valorizar a segurança pública é também valorizar a sociedade.

Nossa luta não é política. É, sim, por dignidade e respeito para conosco e nossos familiares e, consequentemente, para toda a população brasiliense.

Aspra e Novo Movimento Unificado, PM-BM (NMU), policiais e bombeiros militares do DF.

Jabá, Líder Policial Militar." (*sic*)

Eu fiz questão de ler essa carta, Sr. Presidente, porque é um desabafo. É importante pedir apoio aos Parlamentares, porque a gente sabe a honra que esses policiais militares têm, e a dedicação deles ao trabalho. Eles me fizeram um apelo também, porque muitos estão sendo levados à Corregedoria só pelo simples fato de abordarem as pessoas nas ruas. Eles têm medo inclusive de abordar um cidadão. O cidadão faz a reclamação na Corregedoria. Então eles preferem não abordar, já que, na função do seu trabalho, eles estão sendo, realmente, muito perseguidos.

Então, deixamos esse apelo, o registro do pleito deles para que haja a devida divulgação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Deputada Celina Leão.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria só tratar do assunto – não sei se outro par já falou disto na Casa – dos técnicos de laboratórios que estão na galeria. Eu já estive algumas vezes com eles na Secretaria de Administração e na Secretaria de Saúde e conversei também sobre a situação deles com o Governador Agnelo. O que acontece hoje é que eles são concursados, o concurso deles expira agora no meio do ano, e a Secretaria de Saúde vem pagando hora extra para vários técnicos de laboratórios porque não há técnicos de laboratórios para trabalhar só no horário normal.

O Secretário de Saúde elaborou, depois de muito pedido, um documento mostrando que seria bom chamar os concursados para substituírem a hora extra, o que daria uma economia de, aproximadamente, Deputado Chico Vigilante, 800 mil reais por mês. Foi lá para a Secretaria, a Seapa (*sic*). Nós estivemos na reunião, ficaram de chamar aproximadamente uns sessenta deles – não me lembro do número exato –, e, quando saíram as nomeações, não saiu nenhuma para técnico de laboratório. Então, como V.Exa. outro dia foi muito proativo e me ajudou na questão dos arquitetos, e consegui marcar uma reunião lá... Eu sempre conseguia com muita facilidade com o Joacir; depois que ele teve o problema, que a mãe dele faleceu, eu não liguei para ele ainda. Mas gostaria de pedir a V.Exa., à Mesa Diretora e aos pares aqui que possamos marcar uma reunião para que haja uma colocação para eles: se há uma previsão, como é o estudo que foi feito pela Secretaria de Saúde, não só para os técnicos de laboratório, mas também para os técnicos de nutrição. Nós aprovamos nesta Casa a redução de carga horária dos técnicos de nutrição e, consequentemente, começaram a chamar concursados. Agora pararam de chamar os

concursados e estão dando hora extra de novo. Quer dizer, nós aprovamos a redução de carga horária e depois as próprias pessoas estão ganhando hora extra. Fica uma coisa meio esquisita.

Então, eu queria pedir isso a V.Exa., se pudesse. Eu sei que V.Exa. está com uma viagem marcada, mas, se pudesse marcar, nós iríamos lá, ou se pudesse conseguir uma agenda com o Secretário Wilmar Lacerda, nós podemos acompanhá-los e acompanhar os técnicos de nutrição.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Farei o contato com a Secretaria de Administração. Apenas peço desculpas por talvez não ter condições de acompanhá-los, mas vou solicitar audiência para V.Exa., em deferência aos servidores concursados. Nosso respeito e cumprimentos por estarem aqui presentes.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO DR. MICHEL (PEN. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade. Quero cumprimentá-los também e me solidarizar com o Deputado Rôney Nemer nessa luta, porque fazer concurso não é fácil, ser aprovado é mais difícil ainda, e ser chamado é onde está a dificuldade. Então, quero parabenizar V.Exa. por essa luta, que é uma luta de todos nós aqui da Câmara. Mostro solidariedade a vocês porque sei a dificuldade que é entrar em um concurso público.

Sr. Presidente, venho aqui hoje, nesta tribuna, para, primeiro, parabenizar o jornalista do *Correio Braziliense,* Sr. Almiro Marcos, porque foi uma reportagem fora de série, em uma página nacional. Vejam vocês: quando pensava eu ou quando eu poderia imaginar que iria ocupar uma página do *Correio Braziliense*, ainda mais uma página nacional? Mas nem tudo são flores, e a gente tem que fazer algumas correções. Eu vim aqui hoje não para corrigi-lo, mas para informá-lo, porque talvez ele não esteja informado. Aqui ele vem numa reportagem: "Enquanto isso, em Brasília, na Câmara Legislativa, o recém-eleito Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar tem um discurso agressivo contra os bandidos". Não é aqui na Câmara, não, meu discurso sempre foi esse, e não seria na Câmara que eu iria mudar. Podem ter certeza disso. Presidente ou não da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar ou de qualquer outra comissão, eu não abriria mão dos meus princípios, daquilo que eu acho que deve ser e que é verdadeiro. Não sou homem de me esconder atrás de nenhuma carapuça. Se há um delegado que colocou a vida em prol da comunidade, sou eu, combatendo a criminalidade. Então, eu tenho legitimidade para falar o que eu falo. Se alguém fala o contrário, é porque ainda não teve a marginalidade o rondando. E eu falo da marginalidade em todos os níveis, tanto faz ela ser de colarinho branco, que talvez seja até pior do que a outra marginalidade. Talvez essa seja a marginalidade que está fazendo com que os outros estejam assolando a nossa cidade.

Mas eu tenho que fazer algumas correções. Ele diz: "Era um delegado à moda antiga". Continuo sendo. Amante à moda antiga, como diria a música de Roberto Carlos. Ainda mando flores. Podem ter certeza. "Agia com força e truculência". Ele está equivocado. Truculência, não. Mas força, sim. E no Código Penal, o art. 25 fala de legítima defesa – que age em legítima defesa aquele que repele injusta agressão, atual ou iminente, com a moderação da força. Mas se a força dele é incompatível com a do cidadão, eu, enquanto Estado, tenho que usar a força necessária para contê-la e sempre a usei. Se isso é truculência, eu tenho o prazer de dizer que sempre usei a força para conter a força. Contra uma força, só a força. Isso eu fiz e me orgulho em fazer. E fui honrado nos votos por isso. Quantas vezes as pessoas diziam: "Prendendo gente, vai ser eleito?" Pois é. Prendendo gente, fui eleito. Porque o povo já não aguenta mais. O povo já não suporta mais. O povo não quer mais.

Diz que "os direitos humanos estão para garantir o direito de minorias, estão para garantir o direito do cidadão perante o braço forte do Estado". Concordo. E nós vamos fazer isso. Mas não vamos abrir mão de uma coisa: nós somos uma maioria. Paradoxalmente, somos uma maioria oprimida por uma minoria. E, se uma maioria é oprimida por uma minoria, essa maioria tem que se levantar contra essa minoria, porque assim não pode ficar. Em Brasília, de ontem para hoje, houve sete homicídios. Proporcionalmente está pior do que o Rio de Janeiro. Pior do que o Rio de Janeiro! Isso é inconcebível. E aqueles que tentam me refutar, que tentam macular a minha imagem, fazem isso porque ainda não tiveram a criminalidade rondando suas vidas.

Digo a vocês: está na hora de nos levantarmos contra qualquer tipo de criminalidade, seja ou não de colarinho branco, seja no Legislativo, no Executivo ou no Judiciário. Esta Casa tem a obrigação de agir. Os 24 Deputados têm a obrigação de agir. Nós não aguentamos mais. Nós temos aqui comissão para tudo. Nós temos de meio ambiente, de transporte. Nós temos que fazer uma, então, para a segurança pública, porque ninguém aguenta mais. Os direitos humanos têm que ser para humanos. E é para humanos que eu continuo falando. Àquele que for desumano, como é que vamos poder dar direitos humanos? E falo: não sou homofóbico, não sou racista. Não sou. Respeito a todos. E muito menos marginal. Respeito a todos, desde que nos respeitem, porque o respeito está na medida do respeito que é dado.

Vem o rapaz aqui e diz: "Por conta de seu dito passado truculento..." Passado? Não. Eu não tenho passado. Eu tenho presente e futuro. Porque o passado foi muito bom. Se hoje eu tenho o que eu tenho, é por causa do meu passado. Eu tenho dois filhos muito bem criados – muito obrigado por vocês estarem presentes aqui. Para mim é uma honra ter dois filhos. E são dois filhos bem criados. Nunca se prevaleceram da questão de terem um pai delegado ou um pai Deputado. As pessoas nem os conhecem. Vieram aqui hoje por acaso. Estão nas galerias olhando o pai deles aqui em baixo. Eu acredito que sou um orgulho para eles, porque sair de

onde eu saí e chegar aonde eu cheguei tem que ser motivo de orgulho, e eles têm que me seguir, porque eu sou espelho para eles. Podem ter certeza disso.

Continuo minha fala, Sr. Presidente: "Por conta de seu passado truculento, o fato acabou contrariando até mesmo integrantes da base do governo, da qual faz parte". Eu não vim aqui para contrariar a base do governo. Não pedi para ir para a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar. Não quero trazer constrangimento para nenhum colega de plenário. Mas digo a V.Exas.: o que eu tenho para falar, eu falo. Podem ter certeza absoluta. E eu acho que esta é a Casa onde realmente temos que falar. Não adianta me esconder. E eu falo nas redes sociais, porque nós temos que fazer um levante. É urgente. Inclusive, conclamei o meu amigo Deputado Patrício para que nós fizéssemos um levante, porque a polícia prende e as leis soltam. Não é o Judiciário, não é o Ministério Público. São as leis. São as leis, que hoje são brandas!

Vejam vocês: dia 8 de março foi o Dia Internacional da Mulher. Há um caso absurdo que está sendo julgado hoje em São Paulo, que é o caso do Mizael. Há um caso absurdo que foi julgado semana passada, que foi o do Bruno, e todos nós ficamos estarrecidos ao sabermos que daqui a 3 anos o Bruno estará na rua. E a Eliza Samudio? Quando é que ela sairá de onde ela está? Nunca mais! Nunca mais ela sai de onde está. Isso tudo é a sensação de insegurança que nós estamos vivendo hoje e que faz com que os outros tenham a audácia de continuar bandidos, porque, se tivéssemos uma lei mais dura, uma lei que realmente fosse cumprida...

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Conclua, Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO DR. MICHEL – Mas, se for para concluir, não vai dar tempo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – É porque já passaram 7 minutos.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sete? Então, está concluído. Eu falo amanhã o resto. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Deputado Dr. Michel.

Indago aos Srs. Deputados Líderes se há acordo para entrarmos na pauta de votação. (Pausa.)

Há acordo, Deputado Chico Vigilante? (Pausa.)

Há acordo pelo PT.

Há acordo, Deputado Joe Valle, pelo Bloco Social Ecológico?

DEPUTADO JOE VALLE – Há acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Olair Francisco, há acordo? (Pausa.)

Há acordo pelo Bloco PMDB/PTC/PTdoB/PPL.

Há acordo, Deputada Celina Leão?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Há acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Há acordo pelo PSD.

Há acordo, Deputado Cristiano Araújo, pelo Bloco Trabalhista, Progressista e Republicano?

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Há acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Havendo acordo, dá-se início à

ORDEM DO DIA.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu peço que V.Exa. insira na Ordem do Dia de amanhã o PL nº 759, o projeto das faixas, a fim de sanar um erro formal que houve na CCJ. Então, eu pediria que o incluísse na pauta de amanhã ou na próxima pauta, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputada, eu vou solicitar o projeto, vou recepcionar a sua solicitação e darei uma resposta a V.Exa. no dia de amanhã.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Celina Leão.

Consulto os Líderes se há acordo para que possamos sobrestar os itens da Ordem do Dia e entrarmos preliminarmente nos itens extrapauta. (Pauta.)

Há acordo. Então, convido o Sr. Secretário, Deputado Prof. Israel Batista, para fazer a chamada em primeiro lugar do item que trata do convênio do ICMS, de acordo com a solicitação do Colégio de Líderes.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 1.244, de 2012, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 1.254, de 8 de novembro de 1996, que dispõe quanto ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS e dá outras providências".

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PEN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria pedir a benevolência de V.Exa. se há condições de incluir na pauta do dia a PELO nº 17, de 2011. Já foi votada em primeiro turno e já passou o interstício. Eu acho que nós já poderíamos votá-la, se V.Exa. assim o permitir.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Há concordância da Mesa. Peço só à assessoria que a encaminhe para cá para que nós possamos votar mediante a presença da proposta.

Em discussão Projeto de Lei nº 1.244, de 2012. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 12/03/2013

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM ☒ 1º TURNO ☐ 2º TURNO ☐ TURNO ÚNICO
☐ REDAÇÃO FINAL EM / /2013

☐PARECER ☐ORAL ☐REJEIÇÃO PROJETO ☐FAVORÁVEL PROJETO ☐COM EMENDA(S) ☐ANEXO
☐ PARECER SOBRE INDICAÇÃO DO _____ PARA O CARGO DE _____
☐CCJ ☐CEOF ☐CAS ☐CDDHCEDP ☐CAF ☐CDC ☐CES ☐CSEG ☐CDESCTMAT ☐M.DIR. ☐COM.ESP.
☐PROCESSO Nº _____
☐PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
☐PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
☒PROJETO DE LEI Nº(S) 1244/12
☐PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
☐PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
☐RECURSO Nº (S) _____
☐REQUERIMENTO Nº (S) _____
☐OUTROS _____
☐VOTO EM SEPARADO ☐ FAVORÁVEL ☐ CONTRÁRIO _____ ☒Executivo
Autor: **Deputado(a):** _____
Relator: **Deputado(a):** _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBS*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC				X		
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR	X					
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
	CELINA LEÃO	PSD			X			
	CHICO LEITE	PT	X					
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	--	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PEN	X					
	ELIANA PEDROSA	PSD				X		
	EVANDRO GARLA	PRB	X					
	JOE VALLE	PSB	X					
	LILIANE RORIZ	PSD			X			
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PATRÍCIO	PT	X					
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN	X					
	RAAD MASSOUH	PPL				X		
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X					
	RÔNEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	X					
	WELLINGTON LUIZ	PPL				X		
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	TOTAL		19		2	4		

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO *(Art.109 parágrafo 8º do RI)

SECRETÁRIO DEP. PROF. ISRAEL BATISTA
CONSOLIDADO POR _____ 1354
ASSINATURA MAT.
ASSP/ PL Nº 1244/12
FOLHA Nº 14

1

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis e 2 abstenções. Houve 4 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, como a Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 37 também demanda 16 votos na votação, eu proponho que ela seja votada antes do outro.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Esta Presidência acolhe.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 37, de 2012, de autoria do Poder Executivo, que "altera dispositivos da Lei Orgânica do Distrito Federal".

Em discussão, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 12/03/2013

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM ☐ 1º TURNO ☒ 2º TURNO ☐ TURNO ÚNICO
☒ REDAÇÃO FINAL EM 12/03/2013

☐PARECER ☐ORAL ☐REJEIÇÃO PROJETO ☐FAVORÁVEL PROJETO ☐COM EMENDA(S) ☐ANEXO
☐ PARECER SOBRE INDICAÇÃO DO _____ PARA O CARGO DE _____
☐CCJ ☐CEOF ☐CAS ☐CDDHCEDP ☐CAF ☐CDC ☐CES ☐CSEG ☐CDESCTMAT ☐M.DIR. ☐COM.ESP.
☐PROCESSO Nº _____
☒PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) 37/12
☐PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
☐PROJETO DE LEI Nº(S) _____
☐PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
☐PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
☐RECURSO Nº (S) _____
☐REQUERIMENTO Nº (S) _____
☐OUTROS _____
☐VOTO EM SEPARADO ☐ FAVORÁVEL ☐ CONTRÁRIO _____ ☒Executivo
Autor: Deputado(a): _____
Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBS*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC				X		
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR	X					
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
	CELINA LEÃO	PSD	X					
	CHICO LEITE	PT	X					
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	--	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PEN	X					
	ELIANA PEDROSA	PSD				X		
	EVANDRO GARLA	PRB	X					
	JOE VALLE	PSB	X					
	LILIANE RORIZ	PSD	X					
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PATRÍCIO	PT	X					
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN	X					
	RAAD MASSOUH	PPL				X		
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X					
	RÔNEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	X					
	WELLINGTON LUIZ	PPL				X		
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	TOTAL		20			4		

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO *(Art.109 parágrafo 8º do RI)

SECRETÁRIO DEP. PROF. ISRAEL BATISTA
CONSOLIDADO POR _____ MAT. 13841
ASSINATURA
ASSP/_____ Nº _____/_
FOLHA Nº _____

1

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos favoráveis. Houve 4 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Estou sendo lembrado pela Assessoria de Plenário que, em função de mantermos o *quorum,* devemos de imediato chamar a PELO de autoria do Deputado Dr. Michel.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nesse mesmo espírito de aprovação das PELOs, temos uma PELO que acredito ser muito importante, de autoria do Deputado Chico Leite. Trata-se da PELO nº 4. Eu gostaria de pedir a sua inserção na ordem das votações. Até porque trata da prestação de contas anual dos secretários à Câmara Legislativa. Acho que é uma pauta sobre a transparência e que é importante principalmente para nós, que somos Parlamentares. Como estamos aprovando algumas PELOs, acredito que temos *quorum* qualificado para isso.

Portanto, faço esse pedido.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputada Celina Leão, passe-nos os dados, para que possamos resgatar o processo.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 17, de 2011, de autoria do Deputado Dr. Michel e outros, que "altera o § 1º, do artigo 205 da Lei Orgânica do Distrito Federal e dá outras providências".

A proposta foi aprovada em primeiro turno, na sessão ordinária do dia 13 de dezembro de 2012.

Esta Presidência alerta que a matéria necessita de 16 votos favoráveis à sua aprovação.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando a proposta de emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal; os que votarem "não" estarão rejeitando-a.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 12/03/2013

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM ☐ 1º TURNO ☒ 2º TURNO ☐ TURNO ÚNICO
☒ REDAÇÃO FINAL EM 12/03/2013

☐PARECER ☐ORAL ☐REJEIÇÃO PROJETO ☐FAVORÁVEL PROJETO ☐COM EMENDA(S) ☐ANEXO
☐ PARECER SOBRE INDICAÇÃO DO _____ PARA O CARGO DE _____
☐CCJ ☐CEOF ☐CAS ☐CDDHCEDP ☐CAF ☐CDC ☐CES ☐CSEG ☐CDESCTMAT ☐M.DIR. ☐COM.ESP.
☐PROCESSO Nº _____
☒PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) 17/11
☐PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
☐PROJETO DE LEI Nº(S) _____
☐PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
☐PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
☐RECURSO Nº (S) _____
☐REQUERIMENTO Nº (S) _____
☐OUTROS _____
☐VOTO EM SEPARADO ☐FAVORÁVEL ☐ CONTRÁRIO _____ ☐Executivo
Autor: Deputado(a): Dr. Michel
Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBS*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC				X		
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR	X					
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
	CELINA LEÃO	PSD	X					
	CHICO LEITE	PT	X					
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	--	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PEN	X					
	ELIANA PEDROSA	PSD				X		
	EVANDRO GARLA	PRB	X					
	JOE VALLE	PSB	X					
	LILIANE RORIZ	PSD	X					
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PATRÍCIO	PT	X					
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN	X					
	RAAD MASSOUH	PPL				X		
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X					
	RÔNEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	X					
	WELLINGTON LUIZ	PPL				X		
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	TOTAL		20			4		

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO *(Art.109 parágrafo 8º do RI)

SECRETÁRIO DEP. PROF. ISRAEL BATISTA

CONSOLIDADO POR _____ MAT. 13851
ASSINATURA

ASSP/_____ Nº _____/__
FOLHA Nº _____

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos favoráveis. Houve 4 ausências.

Está aprovada.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, houve um lapso da minha parte e creio que da de todos nós. Não pedimos a dispensa de interstício, para que fosse dada como lida e aprovada a redação final dos dois últimos projetos.

Portanto, solicito, em forma de questão de ordem, que V.Exa. dispense o interstício e dê por lidas e aprovadas as redações finais dos projetos aprovados.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado, vou acolher a questão de ordem de V.Exa. Estamos aguardando a chegada, aqui, da PELO de autoria do Deputado Chico Leite, mas vou dar como aprovadas as redações finais das PELOs nºs 17 e 37.

Acolho a sua questão de ordem.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.350, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R$ 71.605.077,00 (setenta e um milhões, seiscentos e cinco mil e setenta e sete reais.)".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.380, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R$ 1.289.584,00 (um milhão, duzentos e oitenta e nove mil e quinhentos e oitenta e quatro reais.)".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, foi até uma falha nossa hoje, na reunião de Lideranças, porque ficamos de ver aqueles projetos, de fazermos um esforço nas comissões para aprovarmos os projetos relativos às mulheres. Portanto, faço aqui um apelo aos Presidentes das comissões.

Nós separamos algumas pautas relativas ao tema da mulher, e eu acho que a nossa maior homenagem que podemos fazer às mulheres é a aprovação desses projetos dentro das comissões. Poderíamos trazê-los com mais celeridade ao plenário. A assessoria de V.Exa. separou os temas, e eu acho que não passam de dez projetos. Portanto, solicito à Presidência que ainda esta semana encaminhe essa pauta às comissões, para que possamos fazer a aprovação desses projetos. Inclusive, Sr. Presidente, V.Exa. ligou para mim ontem pedindo que preparássemos isso para a reunião de Liderança de hoje, mas foram tantos os temas que não examinamos isso.

Portanto, faço um apelo aqui no plenário, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputada Celina Leão, apenas me permita acrescentar que, no início da reunião do Colégio de Líderes, eu alertei para esse compromisso e esse pleito de V.Exa. Vou acolher e dar o encaminhamento necessário em nível de Presidência no que diz respeito às comissões.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, um pedido do Deputado Wellington Luiz sobre o Item nº 60, que trata de uma audiência pública dos bombeiros civis do Distrito Federal, que acontecerá quinta-feira, nesta Casa.

Pergunto a V.Exa. se poderíamos aprová-lo hoje, para garantirmos...

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Está prevista a votação dos itens da sessão normal, aquela em que estão, inclusive, acordados os vetos. Entraremos, neste momento, na votação dos referidos requerimentos e outras matérias. Somente ao fecharmos esta pauta, examinaremos o item.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.366, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais)".

Tramitação concluída, a proposição recebeu parecer favorável e aprovado na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, apresentadas seis emendas de Plenário. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deverá se manifestar sobre as emendas.

A Presidência designa o Deputado Rôney Nemer para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rôney Nemer, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as emendas apresentadas.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PARECER Nº , de 2013

Da COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS sobre as emendas de Plenário referente ao **Projeto de Lei nº 1.366, de 2013**, que "abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais).

AUTOR: Poder Executivo

RELATOR: Rôney Nemer

I – RELATÓRIO

Foram apresentadas 06 emendas de Plenário referente ao PL nº 1.366/13, conforme tabela abaixo:

Tabela 01- Valores Consolidados por Autor

N. EMENDA	AUTOR	SITUAÇÃO	JUSTIFICATIVA
1	CHICO VIGILANTE	ACATADA	A EMENDA NÃO CONTEM IMPROPRIEDADES OU ILEGALIDADES TÉCNICAS OU FORMAIS.
2	WELLINGTON LUIZ	ACATADA	A EMENDA NÃO CONTEM IMPROPRIEDADES OU ILEGALIDADES TÉCNICAS OU FORMAIS.
3	WELLINGTON LUIZ	ACATADA	A EMENDA NÃO CONTEM IMPROPRIEDADES OU ILEGALIDADES TÉCNICAS OU FORMAIS.
4	OLAIR FRANCISCO	ACATADA	A EMENDA NÃO CONTEM IMPROPRIEDADES OU ILEGALIDADES TÉCNICAS OU FORMAIS.
5	WASNY DE ROURE	ACATADA	A EMENDA NÃO CONTEM IMPROPRIEDADES OU ILEGALIDADES TÉCNICAS OU FORMAIS.
6	ELIANA PEDROSA	ACATADA	A EMENDA NÃO CONTEM IMPROPRIEDADES OU ILEGALIDADES TÉCNICAS OU FORMAIS.

II - VOTO DO RELATOR

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara Legislativa do DF (art. 64, II, `b`), compete a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças analisar a

admissibilidade quanto à adequação orçamentária e financeira e emitir parecer sobre créditos adicionais.

A análise das presentes emendas perpassa a análise dos recursos necessários ao atendimento do crédito adicional. De acordo com o PL em exame, a fonte de recurso necessária ao atendimento do crédito decorrerá da anulação parcial de dotações orçamentárias constantes do anexo I, especificamente da atividade "Gestão da Informação e dos Sistemas de TI", no valor de R$ 100.000,00 (Programática: 6003.2557.0010).

Quanto às emendas de Plenário apresentadas, verifica-se que as mesmas têm por objeto o remanejamento de prioridades anteriormente especificadas por cada parlamentar, conforme Tabela 01.

Dado o exposto, somos pela **admissibilidade** e **aprovação** das emendas de Plenário do **Projeto de Lei nº. 1.366/2012** de autoria do Poder Executivo.

Deputado Roney Nemer

Presidente *Relator*

Sala das Reuniões, em 12 de março de 2013.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o parecer da CEOF (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre as emendas está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.366, de 2013, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 4, de 2011, do Deputado Chico Leite e outros, que "dispõe sobre o comparecimento periódico dos Secretários de Estado e dirigentes da administração pública direta e indireta do Distrito Federal à Câmara Legislativa".

A proposta foi aprovada em primeiro turno na sessão ordinária de 13 de dezembro de 2012.

Em discussão, em segundo turno, a PELO nº 4, de 2011. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Esta Presidência lembra aos Srs. Deputados que a referida matéria necessita de 16 votos favoráveis para sua aprovação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando a proposta; os que votarem "não" estarão rejeitando-a.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos favoráveis. Houve 4 ausências.

Está aprovada.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Aproveito para incluir a apreciação da redação final das duas PELOs votadas anteriormente.

Passa-se à imediata apreciação das matérias.

Discussão da redação final da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 4, de 2011, do Deputado Chico Leite e outros, que "dispõe sobre o comparecimento periódico dos Secretários de Estado e dirigentes da administração pública direta e indireta do Distrito Federal à Câmara Legislativa".

Discussão da redação final da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 37, de 2012, de autoria do Poder Executivo, que "altera dispositivos da Lei Orgânica do Distrito Federal".

Discussão da redação final da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 17, de 2011, de autoria do Deputado Dr. Michel e outros, que "altera o § 1º, do artigo 205 da Lei Orgânica do Distrito Federal e dá outras providências".

Em discussão as redações finais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, as redações finais são consideradas definitivamente aprovadas, dispensada a votação.

As propostas vão à promulgação.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria tão somente agradecer aos colegas e às colegas, e relembrar neste momento que na última sessão do ano passado o Deputado Cláudio Abrantes, o Deputado Joe Valle, o Deputado Prof. Israel Batista, o Deputado Robério Negreiros, o então Presidente, Deputado Patrício, faziam referência àquele momento em que aprovamos

nesta Casa o fim do voto secreto parlamentar. Esse foi um passo de muita importância em direção à transparência.

Trazemos, com essa PELO, Sr. Presidente, sob o vosso comando, um instituto do Direito Anglo-saxão, que obriga todos aqueles que têm delegação – porque eleito é o governador ou a governadora –, sob as penas da lei – secretários de Estado, dirigentes de paraestatais – a prestarem contas dos seus trabalhos espontaneamente, quer dizer, sem convocação, sem convite. Em acordo com a Mesa Diretora, ao final de cada exercício, quer dizer, todo fim de ano, a autoridade é obrigada a marcar com a Mesa Diretora e vir a esta Casa prestar contas ao povo, ou quando finda a sua gestão à frente da pasta. Isso, independentemente de convocação, porque a convocação parece uma punição. Todo aquele que administra o que é de outrem precisa prestar contas.

Quero render aqui, pois, homenagem ao Sr. Governador Agnelo Queiroz, aos princípios petistas basilares de bandeiras históricas, como ética e transparência, e fundamentalmente observar, como fez o Sr. Ministro Jorge Hage, que este governo e esta Casa Legislativa têm dado ao Brasil exemplos de transparência e de prestação de contas.

Todos estamos, Sr. Presidente, na pessoa de V.Exa. como Presidente, estamos de parabéns e a sociedade do Distrito Federal em especial.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Chico Leite. Aproveito para cumprimentar V.Exa. pela excelente entrevista dada ao *Jornal Comunidade* no último final de semana.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, tendo em vista a necessidade de obtermos 16 votos favoráveis, solicito a V.Exa. a convocação de sessão extraordinária para que votemos imediatamente o Projeto de Lei nº 1.254 antes que o *quorum* se esvaia.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Nessa mesma perspectiva, Deputada Arlete Sampaio, entretanto, há um questionamento anterior ao de V.Exa., que pede votação de requerimentos. Então, quero fazer uma consulta aos Srs. Líderes para ver se há acordo para votarmos os requerimentos e moções pelo processo simbólico e, após isso, entrarmos no segundo turno dessa votação. Caso contrário, não vamos votar matérias que têm previsão, inclusive, para esta semana.

Há acordo? (Pausa.)

Não há manifestação contrária.

Deputado Olair Francisco, há acordo?

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Há acordo, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Chico Vigilante, há acordo?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Há acordo.

Deputada Celina Leão, há acordo? (Pausa.)

A Deputada Celina Leão não se encontra.

Deputado Joe Valle, há acordo? (Pausa.)

Há acordo.

Deputado Cristiano Araújo, há acordo? (Pausa.)

Há acordo.

Havendo acordo, passamos à votação em bloco dos requerimentos, da mensagem e moções a que se referem os itens nºs 49 a 66:

Item nº 49:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 437, de 2013, do Deputado Raad Massouh, que "manifesta votos de louvor e parabeniza pelos relevantes serviços prestados à comunidade, as pessoas que menciona do Rotary Internacional".

Item nº 50:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 439, de 2013, do Deputado Wasny de Roure, que "manifesta moção de pesar pelo falecimento do ex-Ministro da Justiça Fernando Lyra".

Item nº 51:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 440, de 2013, do Deputado Agaciel Maia e outros, que "hipoteca apoio aos concursados e aprovados para o cargo de Agente de Trânsito do Detran do Distrito Federal no ano de 2012, para que sejam nomeados em regime de urgência".

Item nº 52:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 441, de 2013, do Deputado Wasny de Roure, que "aplaude a senhora Ana Dubeux pela conquista do Prêmio Troféu Mulher Imprensa na categoria diretoria de redação".

Item nº 53:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 442, de 2013, do Deputado Evandro Garla, que "manifesta votos de louvor e parabeniza o capitão da Polícia Militar do Distrito Federal Maurício de Ávila Panisset pelos relevantes serviços prestados à Nação brasileira".

Item nº 54:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 443, de 2013, de vários deputados, que "manifesta votos de louvor ao Papa Bento XVI pela sua vida sacerdotal e, principalmente, pelos 8 anos que esteve no comando da Igreja Católica Apostólica Romana como sucessor de Pedro".

Item nº 55:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 444, de 2013, do Deputado Wasny de Roure, que "parabeniza o Sr. Valdir Oliveira pela eleição para a presidência da Associação dos Dirigentes do Sistema Sebrae".

Item nº 56:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 445, de 2013, do Deputado Cláudio Abrantes, que "congratula-se com a Rede Globo de televisão pela apresentação da novela Lado a Lado, que aborda a posição coerente do afrodescendente na sociedade brasileira".

Item nº 57:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 446, de 2013, do Deputado Aylton Gomes, que "hipoteca votos de louvor ao aluno do Colégio Leonardo da Vinci, João Lucas Santos de Abreu, de 7 anos de idade, pela brilhante participação no programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, exibido em 23/12/2012, por ter lido mais de 500 livros em menos de um ano".

Item nº 58:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 447, de 2013, do Deputado Robério Negreiros, que "manifesta repúdio ao ato ilegal do administrador do Cemitério Campo da Esperança, que negou o direito ao livre acesso aos jardineiros autônomos para execução de seus serviços".

Item nº 59:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 448, de 2013, da Deputada Luzia de Paula, que "protesta junto ao Presidente da Câmara dos Deputados contra as agressões praticadas aos integrantes dos movimentos sociais, que compareceram àquela casa legislativa, no dia 6 de março do corrente, para acompanhar a eleição do novo Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias".

Item nº 60:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.149, de 2013, do Deputado Wellington Luiz, que "requer a realização de audiência pública no dia 14 de março de 2013, para debater o PL nº 556, de 2011, que define o número de bombeiros civis nas edificações públicas e particulares do Distrito Federal".

Item nº 61:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.152, de 2013, da Deputada Celina Leão, que "requer a realização de audiência pública, no plenário desta casa, no dia 14 de março de 2013, às 20 horas, para debater questões relativas ao pagamento dos adicionais de insalubridade e de periculosidade aos trabalhadores de vigilância que exercem suas atividades nas unidades de saúde do Distrito Federal".

Item nº 62:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.171, de 2013, do Deputado Raad Massouh, que "requer a realização de audiência pública para debater a situação das grades de segurança nas áreas comuns e pilotis dos edifícios residenciais da Região Administrativa de Sobradinho – RA V".

Item nº 63:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.181, de 2013, do Deputado Raad Massouh, que "requer a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 946, de 2012, que institui o piso salarial, no âmbito do Distrito Federal, para as categorias que menciona e dá outras providências".

Item nº 64:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.182, de 2013, do Deputado Prof. Israel Batista, que "requer a realização de audiência pública da Câmara Legislativa do Distrito Federal no dia 29 de abril, às 15 horas, no plenário da CLDF, para debater sobre transporte 24 horas e a rota interbares".

Item nº 65:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.187, de 2013, da Deputada Arlete Sampaio, que "requer a realização de audiência pública para debater ações para erradicar a pobreza no Distrito Federal".

Item nº 66:

Discussão e votação da Mensagem nº 64, de 2013, do Poder Executivo, que "requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 33, de 2012 e do Projeto de Lei Complementar nº 47, de 2012".

Em discussão, em bloco, a mensagem, as moções e os requerimentos lidos. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam as moções, os requerimentos e a mensagem permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

As moções, a mensagem e os requerimentos estão aprovados com a presença de 17 Deputados.

DEPUTADO JOE VALLE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria apenas parabenizar todos os colabores desta Casa que trabalham na biblioteca. Hoje é Dia do Bibliotecário. Estendo os parabéns a todos os bibliotecários da nossa cidade e do País, entendendo o papel e a importância do trabalho de todos eles para todos os nossos jovens e para todos nós.

Deixo aqui esse registro. Eu cumprimento todos aqueles que fazem da biblioteca da Câmara hoje o que ela é, uma realidade importante para nossa Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Joe Valle.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerrará os trabalhos, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta para apreciação dos itens extrapauta votados nesta sessão ordinária.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h48min.)